



Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2025, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Em 2025, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

O empreendimento é composto pela linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina e; linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e aos procedimentos previamente acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial (RCP), conforme requerimento da ANEEL.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seus acionistas, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus colaboradores, destacando a elevada competência do seu corpo técnico próprio e de seus acionistas pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2025.

A Administração

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	11
3 Políticas contábeis regulatórias materiais	12
4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador.....	17
5 Caixa e equivalentes de caixa	18
6 Aplicações financeiras	18
7 Contas a receber – concessionárias e permissionárias	19
8 Imobilizado	20
9 Intangível	24
10 Fornecedores.....	25
11 Debêntures	26
12 Tributos e encargos sociais a recolher	28
13 Encargos regulatórios a recolher.....	28
14 Provisões.....	29
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita operacional bruta.....	32
17 Pessoal e administradores	34
18 Resultado financeiro	34
19 Imposto de renda e contribuição social.....	34
20 Transações com partes relacionadas	35
21 Instrumentos financeiros.....	36
22 Seguros	38
23 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário	39

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.636	125.858
Aplicações financeiras	6	46.059	54.122
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	20.271	27.081
Tributos e contribuições a compensar	-	9.954	7.724
Partes relacionadas	20	860	860
Despesas pagas antecipadamente	-	334	218
		165.114	215.863
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	7	5.031	810
Fundos vinculados	11.4	133.990	118.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	191.847	192.606
PIS e COFINS diferidos	-	748	1.537
Depósitos judiciais	-	3.553	3.402
Outros		17	-
		335.186	317.060
Imobilizado	8	1.702.146	1.737.361
Intangível	9	218.587	213.731
		1.920.733	1.951.092
Total do ativo		2.421.033	2.484.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Arrendamento	-	177	186
Fornecedores	10	71.293	177.935
Debêntures	11	107.625	102.498
Tributos e encargos sociais a recolher	12	12.006	5.785
Encargos regulatórios a recolher	13	69	364
Partes relacionadas	20	1.432	2.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 (b)	117.831	48.770
		310.433	337.629
Não circulante			
Arrendamento	-	450	657
Fornecedores	10	1.898	2.933
Debêntures	11	2.175.329	2.183.217
PIS e COFINS diferidos	-	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	16.938	1.829
Encargos regulatórios a recolher	13	3.806	2.360
Provisões	14	45.641	32.955
		2.244.062	2.223.954
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	315.000	315.000
Reservas e retenção de lucros	15 (c)	908.453	872.675
Lucros (prejuízos) excedentes da contabilidade societária	-	(1.356.915)	(1.265.243)
		(133.462)	(77.568)
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.421.033	2.484.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2025	2024
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	16	417.963	414.330
		417.963	414.330
Tributos			
PIS		(6.896)	(6.646)
COFINS		(31.765)	(30.612)
		(38.661)	(37.258)
Encargos			
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(3.749)	(1.913)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.456)	(3.713)
		(5.205)	(5.626)
Receita líquida		374.097	371.446
Custos e despesas			
Pessoal		(3.812)	(3.092)
Material		(488)	(230)
Serviços de terceiros		(15.660)	(14.290)
Depreciação e amortização		(55.094)	(70.367)
Seguros		(452)	(451)
Arrendamento e aluguéis		(1.331)	(1.176)
Provisões para demandas judiciais		(855)	(1.139)
Tributos		39	(26)
Gastos diversos		(66)	(42)
Outras despesas operacionais		(1.603)	35.619
		(79.322)	(55.194)
Resultado da atividade		294.775	316.252
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	43.513	35.005
Despesas financeiras	18	(229.613)	(238.092)
		(186.100)	(203.087)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		108.675	113.165
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(18.701)	(7.931)
Diferido		(15.868)	(16.945)
Resultado líquido do exercício		74.106	88.289
Lucro por ação		0,15439	0,28028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro do exercício	<u>74.106</u>	<u>88.289</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>74.106</u>	<u>88.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Prejuízos excedentes da contabilidade societária	Total
Em 31 de dezembro de 2023		315.000	37.167	-	659.665	-	(1.122.920)	(111.088)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	88.289	-	88.289
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	11.531	-	-	(11.531)	-	-
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	21.988	(21.988)	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	15 (c)	-	-	142.324	-	(142.324)	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Ajustes/reclassificações societário vs regulatório		-	-	-	-	142.323	(142.323)	-
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	(14.769)	-	(14.769)
Em 31 de dezembro de 2024		315.000	48.698	142.324	681.653	-	(1.265.243)	(77.568)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.106	-	74.106
Destinação do lucro:								0
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	8.289	-	-	(8.289)	-	0
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	-	-	-	0
Constituição de reserva de lucros a realizar	15 (c)	-	-	27.489	-	(27.489)	-	0
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Ajustes/reclassificações societário vs regulatório		-	-	-	-	91.672	(91.672)	0
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	(123.000)	-	(123.000)
Em 31 de dezembro de 2025		315.000	56.987	169.813	681.653	-	(1.356.915)	(133.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	74.106	88.289
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	55.094	70.367
Custo residual de ativo imobilizado baixado	42	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	786	16.945
PIS e COFINS diferidos	15.868	(112)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(45.378)	(36.496)
Rendimentos sobre fundos vinculados	(17.322)	(12.495)
Juros sobre arrendamentos	32	(9)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	228.001	237.025
	311.229	363.514
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	2.589	(13.668)
Tributos e contribuições a compensar	(2.230)	(1.226)
Despesas antecipadas	(116)	-
Cauções e depósitos vinculados	(151)	(165)
Outros ativos	199	57
	291	(15.002)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(107.677)	(82.268)
Partes relacionadas	(659)	(253)
Tributos e encargos sociais a recolher	53.882	40.360
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.281)	(39.763)
Imposto de renda e contribuição social pagos sobre JSCP	(2.380)	(6.000)
Encargos regulatórios a recolher	1.151	1.208
Obrigações trabalhistas	-	(74)
Provisões	12.686	8.852
	(88.278)	(77.938)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	223.243	270.574
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(134.733)	(126.684)
Rendimento de aplicações financeiras	188.174	156.937
Fundos vinculados	2.037	1.938
Imobilizado (nota 8)	(24.315)	(3.409)
Intangível (nota 9)	(677)	(71)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	30.486	28.711
Atividades de financiamento		
Amortização do principal das debêntures	(112.458)	(100.911)
Pagamento de encargos de dívidas	(118.304)	(118.315)
Dividendos pagos	(248)	(46.402)
Pagamentos de arrendamento	(60.940)	(149)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(291.950)	(265.777)
(Redução) aumento líquida (o) de caixa e equivalentes de caixa	(38.222)	33.508
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	125.858	92.350
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	87.636	125.858
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(38.222)	33.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela ISA ENERGIA BRASIL (“ISA ENERGIA”), anteriormente denominada CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 17 de maio de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, 5º andar, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$145.317 (R\$121.766 em 31 de dezembro de 2024), que reflete os investimentos no projeto, que se encontra em fase de operação comercial. Com base nas projeções feitas pela Companhia para o projeto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo, e que o efeito negativo será compensado com o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) e desta forma, realizar o cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
022/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	384.104	06/25

Contrato nº 22/2017

Composto por: (i) Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; (ii) Novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e com unidade reserva; (iii) Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; (iv) Novo pátio 525 kV na SE Sarandi, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e unidade reserva; (v) Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; (vi) Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; (vii) Nova Subestação 230/138 kV Paranavaí Norte, com unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva; (viii) Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de reatores e de bancos de capacitores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações,

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

administração e apoio. O empreendimento estava previsto para entrada em operação comercial no dia 11 de agosto de 2022.

Em 09 de novembro de 2022, foram emitidos pelo Operador Nacional do Sistema os Termos de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial da: Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Foz do Iguaçu; Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Sarandi, Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Guaíra e o Termo de Liberação Definitivo do Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Londrina.

Em 02 de dezembro de 2022, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial das transformações 525/230 kV – SE Sarandi, 6 x 224 MVA.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial do Módulo Geral da SE Paranaíba Norte 230kV, das unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva e do banco de capacitor 138kV de 30MVA. Em 26 de janeiro de 2023, emitido Termo de Liberação Provisório da Linha de Transmissão Sarandi – Paranaíba Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranaíba Norte.

Quanto ao novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA iniciou a operação comercial em 01 de maio de 2023, enquanto a Unidade de Transformação reserva 525/230 kV – 224 MVA do novo pátio da SE Sarandi iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2023.

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo – TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

O Contrato de Concessão assegura à Companhia o direito à indenização dos ativos reversíveis não amortizados ou depreciados, nos termos do respectivo contrato de concessão e da Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões). Nesse contexto, a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 043/2025, que trata dos critérios de elegibilidade dos ativos indenizáveis. A Administração entende que os direitos previstos no contrato de concessão vigente permanecem válidos e não apresentam incertezas quanto à sua aplicação.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são distintas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14);

3 Políticas contábeis regulatórias materiais

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando a ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro real observando-se as alíquotas vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro real a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- *Custo Amortizado*

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 16), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.9 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- *Arrendatário*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- *Passivos de arrendamento*

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.11 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 14 (a).

3.13 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

equivalente a 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.14 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.15 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

4.1 Atualizações Tributárias Relevantes

Em 2025, ocorreram avanços relevantes no processo de reforma tributária brasileira, envolvendo tanto a tributação sobre o consumo quanto a tributação sobre a renda. No âmbito do consumo, foi regulamentado o modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja fase operacional terá início em janeiro de 2026. Essa etapa inicial contempla novas obrigações acessórias, incluindo o destaque informativo das alíquotas de teste nos documentos fiscais. Não há efeitos financeiros imediatos decorrentes dessa exigência, porém são esperadas adaptações nos processos, sistemas e controles

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

internos da Companhia. Adicionalmente, a legislação estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 31 de dezembro de 2026, com a entrada em vigor plena da CBS em 1º de janeiro de 2027. A Companhia entende que, com a extinção desses tributos, não deverá subsistir o mecanismo de recomposição (“gross up”) da Receita Anual Permitida (RAP) relacionado a tais tributos. Eventuais ajustes contábeis dependerão da consolidação do entendimento sobre tais regras e da eliminação das incertezas atualmente existentes, o que poderá incluir a formalização do entendimento regulatório pela ANEEL, esperada para 2026, a fim de garantir o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a neutralidade da transição.

Paralelamente, a reforma da renda passou a integrar o novo arcabouço tributário federal. Entre as principais alterações, destacam-se: (i) instituição do Imposto Mínimo Global de 15%, nos termos da Lei nº 15.079/2024, em alinhamento ao Pilar 2 da OCDE; (ii) incidência de 10% sobre dividendos distribuídos acima de R\$50 mil mensais por empresa a uma mesma pessoa física, conforme Lei nº 15.270/2025, com vigência a partir de 2026; e (iii) aumento da alíquota aplicável aos juros sobre capital próprio de 15% para 17,5% a partir de janeiro de 2026. Ademais, a Lei Complementar nº 224/2025 redefiniu critérios, limites e condicionantes para concessão de incentivos tributários federais:

- Lucro Presumido – majoração da base de presunção em 10% com impacto no Imposto de Renda, na base de presunção de 8% para 8,8% e CSLL de 12% para 13,20%.
- PIS/COFINS - REIDI – impacto com redução do benefício em 10% para projetos aprovados pelo poder executivo federal a partir de abril de 2026 até dezembro de 2026.
- SUDAM/SUDENE – impacto com redução do benefício em 10% para projetos aprovados pelo poder executivo federal a partir de janeiro de 2026.

As reformas do consumo e da renda representam mudanças estruturais com potenciais impactos sobre compliance, governança e planejamento tributário, exigindo acompanhamento regulatório contínuo, adequações sistêmicas e visão estratégica integrada. A Companhia segue monitorando os efeitos dessas mudanças e avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	218	201
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	<u>87.418</u>	<u>125.657</u>
	<u>87.636</u>	<u>125.858</u>

- (i) A rentabilidade média de 2025 da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB) em CDI foi de 100,2% (100,9% em 2024).

6 Aplicações financeiras

	% do CDI	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundos de Investimento e outras aplicações (a)	102,1%	<u>46.059</u>	<u>54.122</u>
		<u>46.059</u>	<u>54.122</u>

- (a) Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora ISA ENERGIA BRASIL e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber – concessionárias e permissionárias

	<u>Corrente vencida</u>						
	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	<u>18.416</u>	<u>66</u>	<u>650</u>	<u>1.139</u>	<u>5.031</u>	<u>25.302</u>	<u>27.891</u>
	<u>18.416</u>	<u>66</u>	<u>650</u>	<u>1.139</u>	<u>5.031</u>	<u>25.302</u>	<u>27.891</u>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, para as contas a receber que não possuem referidas garantias e que, após análise da Administração apresentaram expectativa de perdas, foi constituída em 2025, perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.323.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em serviço

	<u>Custo em 2024</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2024</u>	<u>Adições líquidas = (A)- (B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2025</u>	<u>Saldo em 2024</u>
Transmissão									
Terrenos	13.895	-	-	-	13.895	-	-	13.895	13.896
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.193	-	-	-	16.193	-	(1.827)	14.366	14.979
Máquinas e equipamentos (*)	1.785.954	-	-	13.055	1.799.009	13.055	(156.917)	1.642.092	1.683.111
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.386	-	(42)	-	1.344	(42)	(775)	569	808
Máquinas e equipamentos	6.527	-	-	-	6.527	-	(1.348)	5.179	5.605
Subtotal	1.823.955	-	(42)	13.055	1.836.968	13.013	(160.867)	1.676.101	1.718.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2025	Saldo em 2024
Transmissão									
Outros	15.518	21.022	-	(17.233)	19.307	3.789	-	19.307	15.518
Administração									
Máquinas e equipamentos	3.445	3.293	-	-	6.738	3.293	-	6.738	3.444
Subtotal	18.963	24.315	-	(17.233)	26.045	7.082	-	26.045	18.962
Total do Ativo Imobilizado	1.842.918	24.315	(42)	(4.178)	1.863.013	20.095	(160.867)	1.702.146	1.737.361

(*) A Companhia está em processo de conclusão da unitização dentro do prazo estabelecido pela ANEEL e após a conclusão do processo, os valores serão segregados nas demais linhas do ativo imobilizado.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação do imobilizado em Serviço

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Terrenos		13.895	-	13.895	13.896
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,58%	16.193	(1.827)	14.366	14.979
Máquinas e equipamentos	3,01%	1.799.009	(156.917)	1.642.092	1.683.111
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	13,29%	1.344	(775)	569	808
Máquinas e equipamentos	7,38%	6.527	(1.348)	5.179	5.605
		1.836.968	(160.867)	1.676.101	1.718.399
Em Curso					
Transmissão		19.307	-	19.307	15.518
Administração		6.738	-	6.738	3.444
		26.045	-	26.045	18.962
		1.863.013	(160.867)	1.702.146	1.737.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

d) Composição das adições do imobilizado em Curso

	<u>Material / equipamentos</u>	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Máquinas e equipamentos	-	3.293	-	3.293
A Ratear	-	7.688	-	7.688
Adiantamento a fornecedores	2.589	-	-	2.589
Desenvolvimento de Projetos	-	4.013	-	4.013
Depósitos em juízo	-	6.732	-	6.732
Total das adições	<u>2.589</u>	<u>21.726</u>	<u>-</u>	<u>24.315</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em Serviço

	<u>Custo em 2024</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2025</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2025</u>	<u>Saldo em 2024</u>
Transmissão									
Servidões	213.660	-	-	3.749	217.409	3.749	-	217.409	213.660
Administração									
Softwares	192	-	-	-	192	-	(191)	1	-
	<u>213.852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.749</u>	<u>217.601</u>	<u>3.749</u>	<u>(191)</u>	<u>217.410</u>	<u>213.660</u>

b) Ativo intangível em Curso

	<u>Custo em 2024</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2025</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2025</u>	<u>Saldo em 2024</u>
Transmissão									
Servidões	-	477	-	429	906	906	-	906	-
Administração									
Outros	71	200	-	-	271	200	-	271	71
	<u>71</u>	<u>677</u>	<u>-</u>	<u>429</u>	<u>1.177</u>	<u>1.106</u>	<u>-</u>	<u>1.177</u>	<u>71</u>
Total do ativo intangível	<u>213.923</u>	<u>677</u>	<u>-</u>	<u>4.178</u>	<u>218.778</u>	<u>4.855</u>	<u>(191)</u>	<u>218.587</u>	<u>213.731</u>

c) Taxas anuais de amortização

	<u>Taxas anuais médias de amortização (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>2025 Saldo</u>	<u>2024 Saldo</u>
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões		217.409	-	217.409	213.660
Administração					
Softwares	20,00%	192	(191)	1	-
		<u>217.601</u>	<u>(191)</u>	<u>217.410</u>	<u>213.660</u>
Em Curso					
Transmissão		906	-	906	-
Administração		271	-	271	71
		<u>1.177</u>	<u>-</u>	<u>1.177</u>	<u>71</u>
		<u>218.778</u>	<u>(191)</u>	<u>218.587</u>	<u>213.731</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

d) Composição das adições do intangível em Curso

	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Total</u>
Software	200	200
Servidão	477	478
Total das adições	<u>677</u>	<u>678</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$73.191 (R\$180.868 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à manutenção da Linha de Transmissão.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Debêntures

11.1 Composição do saldo de debêntures

	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + juros LP</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adimplente</u>	<u>Data da captação/repactuação</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>Indexador ou juros</u>	<u>Spread % a.a.</u>	<u>Data do próximo pgto de juros</u>	<u>Frequência de pgto de juros</u>	<u>Data da próxima amortização</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Frequência amortização</u>	<u>Sistemática amortização</u>
<u>Moeda nacional</u>	-	107.625	2.175.329	2.282.954											
Debêntures 1ª emissão	-	107.625	2.175.329	2.282.954	Sim	dez/19	Recebíveis	IPCA	5,00%	15/06/2026	Semestral	15/06/2026	15/12/1943	Semestral	Percentual

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.2 Vencimento das parcelas

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031+</u>	<u>Total</u>
Moeda nacional	107.625	114.571	114.870	115.169	115.469	1.715.250	2.282.954
Debêntures 1ª emissão	107.625	114.571	114.870	115.169	115.469	1.715.250	2.282.954

11.3 Movimentação das debêntures

Saldos em 2023	<u>2.267.916</u>
Custos de Transação	6.063
Pagamentos de principal	(100.911)
Pagamentos de juros	(118.315)
Juros e variações monetárias	<u>230.962</u>
Saldos em 2024	<u>2.285.715</u>
Custos de Transação	5.769
Pagamentos de principal	(112.458)
Pagamentos de juros	(118.304)
Juros e variações monetárias	<u>222.232</u>
Saldos em 2025	<u>2.282.954</u>

As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, e o processo de emissão ocorreu conforme Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. Houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”) da Companhia.

11.4 Fundos vinculados

Até o vencimento final das debêntures a Companhia deve manter em conta reserva o valor mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do valor da próxima amortização e pagamento de juros. Em 31/12/2025 o saldo é de R\$ 133.990 (R\$108.705 em 2024).

11.5 Composição dos ativos financeiros

	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Saldo total em 2025</u>
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	133.695	133.695
Fundos vinculados	<u>133.990</u>	<u>133.990</u>
Total dos ativos financeiros	<u>267.685</u>	<u>267.685</u>

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.6 Composição do endividamento e dívida líquida

	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dívida bruta				
Moeda nacional	107.625	2.175.329	2.282.954	2.285.715
Ativos financeiros			<u>(267.685)</u>	<u>(298.685)</u>
Dívida líquida			<u>2.015.269</u>	<u>1.987.030</u>

12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda	4.736	247
Contribuição social	4.237	1.775
COFINS	1.798	2.579
PIS	382	552
INSS	146	46
ISS	24	22
ICMS	660	544
FGTS	-	-
Outros	23	20
	<u>12.006</u>	<u>5.785</u>

13 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<u>3.875</u>	<u>2.724</u>
	<u>3.875</u>	<u>2.724</u>
Circulante	<u>69</u>	<u>364</u>
Não circulante	<u>3.806</u>	<u>2.360</u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Provisões

14.2 Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis (i)	113	108
Fundiárias (ii)	45.512	32.847
Outros	16	-
	<u>45.641</u>	<u>32.955</u>

(i) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

(ii) Fundiárias

Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica

14.3 Movimentações

	<u>Cível</u>	<u>Fundiárias</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 2023	-	24.103	-	24.103
Constituição	107	15.532	-	15.639
Reversão	-	(8.630)	-	(8.630)
Pagamento	-	-	-	-
Atualização	1	1.842	-	1.843
Saldos em 2024	108	32.847	-	32.955
Constituição	-	21.839	16	21.855
Reversão	-	(4.273)	-	(4.273)
Pagamento	-	(6.635)	-	(6.635)
Atualização	5	1.734	-	1.739
Saldos em 2025	113	45.512	16	45.641

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.4 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui ações de natureza cível, ambiental, fundiária, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$ 13.087 (R\$14.553 em 31 de dezembro de 2024).

<u>Classificação</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Cível	63	60
Ambiental	0	29
Fundiária	870	637
Trabalhista	11.696	13.388
Tributária	458	439
	<u>13.087</u>	<u>14.553</u>

15 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026 e disponibilizadas em 31 de março de 2026.

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico determina que a constituição das referidas reservas deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2025 e 2024 é de 480.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2025 e 2024, a composição do capital social autorizado totaliza R\$480.000 e o capital social integralizado R\$315.000, representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
ISA – ISA ENERGIA BRASIL	157.500	50	157.500	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	157.500	50	157.500	50
	<u>315.000</u>	<u>100</u>	<u>315.000</u>	<u>100</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

15.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido societário do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

(a) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	48.770	46.402
Juros sobre capital próprio deliberados	7.000	40.000
Dividendos	123.000	14.769
Retenção de imposto de renda na fonte	(1.049)	(5.999)
Pagamentos	(59.890)	(46.402)
Saldo final	117.831	48.770

(b) Destinação do lucro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	165.778	230.612
Constituição da reserva legal	(8.289)	(11.531)
	<u>157.489</u>	<u>219.081</u>
Dividendos	(123.000)	(14.769)
Juros sobre capital próprio	(7.000)	(40.000)
Realização (Constituição) da reserva de lucros a realizar, líquida	(27.489)	(142.324)
Constituição de retenção de lucros	-	(21.988)
	<u>-</u>	<u>-</u>

15.3 Reservas e retenção de lucros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva legal (i)	56.987	48.698
Retenção de lucros (ii)	681.653	681.653
Reserva de lucros a realizar (iii)	169.813	142.324
	<u>908.453</u>	<u>872.675</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

(iii) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de lucros a realizar contempla os impactos de valores a receber do Ativo de Concessão decorrentes de ajustes da aplicação do ICPC01 (R1) e adoção do CPC 47, uma vez que não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, a Companhia destinará seu saldo, conforme deliberação em Assembleia de Acionistas. A movimentação do exercício de 2025 é como segue:

Saldo em 2024	142.324
Realização	(6.279)
Constituição	33.768
Saldo em 2025	169.813

16 Receita operacional bruta

	2025	2024
Receita bruta		
Rede básica	417.963	414.330
	417.963	414.330

16.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia estão descritas na nota 1.2.

16.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.481, publicada em 17 de julho de 2025, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 24/25						RAP Ciclo 25/26
	REH 3.348	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.481	PA	RAP Ciclo 25/26
IPCA	378.590	20.140	-	-	398.730	(14.626)	384.104

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2025	Total 2024
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
022/2017	-	394.971	(14.626)	-	3.759	-	384.104	356.179
	-	394.971	(14.626)	-	3.759	-	384.104	356.179

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Pessoal e administradores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal		
Remuneração	-	14
Encargos	-	33
Rateio partes relacionadas	3.805	3.038
Outros benefícios - corrente	<u>7</u>	<u>7</u>
	<u>3.812</u>	<u>3.092</u>
Administradores		
Honorários e encargos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.812</u>	<u>3.092</u>

Em 2025 e 2024, a remuneração dos administradores e colaboradores passou a ser paga pela Controladora ISA ENERGIA BRASIL.

18 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	45.378	36.496
Variações Monetárias	226	2
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.123)	(1.493)
Outras	<u>32</u>	<u>-</u>
	<u>43.513</u>	<u>35.005</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(124.759)	(124.401)
Variações monetárias	(104.328)	(112.646)
Comissões e taxas	-	(674)
Imposto sobre operações financeiras	-	(34)
Outras	<u>(526)</u>	<u>(337)</u>
	<u>(229.613)</u>	<u>(238.092)</u>
	<u>(186.100)</u>	<u>(203.087)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

O imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$18.701 (R\$7.931 em 2024) que representa o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2025.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2025			2024		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés	345	-	-	345	-	345
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu	515	-	-	515	-	515
Sublocação (b)	ISA ENERGIA BRASIL	-	235	(4.158)	-	152	(3.379)
Compartilhamento de recursos humanos (c)	ISA ENERGIA BRASIL	-	1.085	-	-	997	-
Prestação de serviços (d)	ISA ENERGIA BRASIL	-	111	(11.720)	-	942	(11.257)
Dividendos/juros sobre capital próprio	ISA ENERGIA BRASIL	-	58.916	-	-	24.385	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	TAESA	-	58.916	-	-	24.385	-
		860	119.263	(15.878)	860	50.861	(13.776)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Aimorés S.A. e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. O pleito teve por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional à Receita Anual Permitida - RAP ajustada de cada Companhia. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 578 de 25 de fevereiro de 2019 e segue vigente.
- b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 9 de julho de 2018, foi anuído o direito da ISA ENERGIA BRASIL em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto ISA ENERGIA BRASIL e, como previsto na NT nº114/2018, passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada; já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.
- c) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a ISA ENERGIA BRASIL.
- d) A Controladora ISA ENERGIA BRASIL presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2025 e 2024, a remuneração dos administradores foi paga pela ISA ENERGIA BRASIL.

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	87.636	87.636	125.858	125.858
Aplicações financeiras	2	46.059	46.059	54.122	54.122
Caixa restrito		133.990	133.990	118.705	118.705
Custo amortizado					
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	-	20.271	20.271	27.890	27.890
Partes relacionadas	-	860	860	860	860
Depósitos judiciais	-	3.553	3.553	3.402	3.402
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (*)	-	2.282.954	1.752.884	2.285.715	1.729.813
Fornecedores	-	73.191	73.191	180.868	180.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Partes relacionadas	-	1.432	1.432	2.091	2.091
Arrendamentos	-	627	651	843	850
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	117.831	117.831	48.770	48.770

(*) Os valores justos estimados das debêntures foram calculados considerando as cotações da taxa futura de juros (curva Pré-DI) e as projeções FOCUS de inflação (IPCA). Os fluxos da dívida foram desenhados até o vencimento e trazidos a valor presente pela taxa de juros futuros (curva Pré-DI).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 1.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do IPCA DI (nota 11).
- (iv) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2025 por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

						2025
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Passivos Financeiros						
Fornecedores	3.272	133	39	53.375	-	56.819
Debêntures	-	-	257.238	1.420.688	4.560.502	6.238.428
Arrendamento	14	43	122	-	-	179
	<u>3.286</u>	<u>176</u>	<u>257.399</u>	<u>1.474.063</u>	<u>4.560.502</u>	<u>6.295.426</u>

(c) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes adotado pela Companhia na data das demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldos em 2024	Cenário Base	Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro			
				Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I – 25%	Cenário II – 50%	Cenário I – 25%	Cenário II – 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	133.695	4.703	5.801	6.874	3.578	2.425
Passivos financeiros							
Debêntures	IPCA	2.282.954	49.455	57.003	62.634	45.619	39.863

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/25 a 19/06/27	422.104	678
			<u>678</u>

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as práticas societárias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2025			2024		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	87.636	-	87.636	125.858	-	125.858
Aplicações financeiras	46.059	-	46.059	54.122	-	54.122
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	20.271	(20.271)	-	27.081	(27.081)	-
Ativo da Concessão	-	354.092	354.092	-	346.636	346.636
Tributos e contribuições a compensar	9.954	-	9.954	7.724	-	7.724
Partes relacionadas	860	-	860	860	-	860
Despesas antecipadas	334	-	334	218	-	218
	165.114	333.821	498.935	215.863	319.555	535.418
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	5.031	(5.031)	-	810	(810)	-
Fundos vinculados	133.990	-	133.990	118.705	-	118.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	191.847	(191.847)	-	192.606	(192.606)	-
PIS e COFINS diferidos	748	(748)	-	1.537	(1.537)	-
Ativo da Concessão	-	4.012.618	4.012.618	-	3.905.710	3.905.710
Estoques	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	3.553	-	3.553	3.402	-	3.402
Outros ativos	17	(17)	-	-	-	-
	335.186	3.814.975	4.150.161	317.060	3.710.757	4.027.817
Imobilizado	1.702.146	(1.695.287)	6.859	1.737.361	(1.733.219)	4.142
Intangível	218.587	(218.316)	271	213.731	(213.661)	70
	1.920.733	(1.913.603)	7.130	1.951.092	(1.946.880)	4.212
Total do ativo	2.421.033	2.235.193	4.656.226	2.484.015	2.083.432	4.567.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025			2024		
	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação /Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante						
Arrendamentos	177	-	177	186	-	186
Fornecedores	71.293	-	71.293	177.935	-	177.935
Debêntures	107.625	-	107.625	102.498	-	102.498
Tributos e encargos sociais a recolher	12.006	-	12.006	5.785	-	5.785
Encargos regulatórios a recolher	69	-	69	364	-	364
Partes relacionadas	1.432	-	1.432	2.091	-	2.091
Dividendos a pagar	117.831	-	117.831	48.770	-	48.770
	310.433	-	310.433	337.629	-	337.629
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Arrendamentos	450	-	450	657	-	657
Fornecedores	1.898	-	1.898	2.933	-	2.933
Debêntures	2.175.329	-	2.175.329	2.183.217	-	2.183.217
Encargos regulatórios a recolher	3.806	-	3.806	2.360	-	2.360
PIS e COFINS diferidos	-	400.828	400.828	3	389.221	389.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.938	477.450	494.388	1.829	428.968	430.797
Provisões	45.641	-	45.641	32.955	-	32.955
	2.244.062	878.278	3.122.340	2.223.954	818.189	3.042.143
Patrimônio líquido						
Capital social	315.000	-	315.000	315.000	-	315.000
Reservas de lucros	908.453	-	908.453	872.675	-	872.675
Lucros (prejuízos) excedentes da contabilidade societária	(1.356.915)	1.356.915	-	(1.265.243)	1.265.243	-
	(133.462)	1.356.915	1.223.453	(77.568)	1.265.243	1.187.675
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.421.033	2.235.193	4.656.226	2.484.015	2.083.432	4.567.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2025			2024		
	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/Ajustes	Societário
Operação em continuidade						
Disponibilidade do sistema de transmissão	417.963	116.937	534.900	414.330	165.354	579.684
	417.963	116.937	534.900	414.330	165.354	579.684
Tributos						
PIS	(6.896)	(1.930)	(8.826)	(6.646)	(2.132)	(8.778)
COFINS	(31.765)	(8.887)	(40.652)	(30.612)	(9.822)	(40.434)
	(38.661)	(10.817)	(49.478)	(37.258)	(11.954)	(49.212)
Encargos						
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(3.749)	-	(3.749)	(1.913)	-	(1.913)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.456)	-	(1.456)	(3.713)	-	(3.713)
	(5.205)	-	(5.205)	(5.626)	-	(5.626)
Receita Líquida	374.097	106.120	480.217	371.446	153.400	524.846
Custos e despesas						
Custos dos serviços de construção e operação e manutenção				-	(14.084)	(14.084)
Pessoal	(3.812)	-	(3.812)	(3.092)	-	(3.092)
Material	(488)	(23.287)	(23.775)	(230)	227	(3)
Serviços de terceiros	(15.660)	-	(15.660)	(14.290)	13.143	(1.147)
Provisões para demandas judiciais	(452)	201	(250)	(1.139)	(1.136)	(2.275)
Depreciação e amortização	(55.094)	54.877	(217)	(70.367)	70.145	(222)
Arrendamento e aluguéis	(1.331)	217	(1.114)	(1.176)	1.172	(4)
Seguros	(855)	855	-	(451)	451	-
Tributos	39	(39)	-	(26)	-	(26)
Gastos diversos	(66)	(1.017)	(1.084)	(42)	42	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	(54)	(54)
Outras despesas operacionais	(1.603)	1.470	(133)	35.619	(36.598)	(979)
	(79.322)	33.277	(46.045)	(55.194)	33.308	(21.886)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)							
Resultado da atividade	294.775	-	139.397	434.172	316.252	186.708	502.960
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	43.513	-	43.513	35.005	-	35.005	
Despesas financeiras	(229.613)	-	(229.613)	(238.092)	-	(238.092)	
	(186.100)	-	(186.100)	(203.087)	-	(203.087)	
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	108.675	139.397	248.072	113.165	186.708	299.873	
Despesas com Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	(18.701)	(728)	(19.429)	(7.931)	-	(7.931)	
Diferido	(15.868)	(46.997)	(62.865)	(16.945)	(44.385)	(61.330)	
Resultado líquido do exercício	74.106	91.672	165.778	88.289	142.323	230.612	

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.1 Contrato de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 5 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Ivaí S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01 (R1) e CPC 47.

23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.1 – Atualizações tributárias relevantes, a legislação decorrente da reforma tributária sobre o consumo prevê alterações no regime desses tributos a partir de 31 de dezembro de 2026. A Administração acompanha os desdobramentos normativos e regulatórios relacionados ao tema. Eventuais impactos contábeis decorrentes dessas alterações, inclusive quanto aos saldos de PIS e COFINS diferidos, dependerão da consolidação do entendimento sobre tais regras e da eliminação das incertezas atualmente existentes, o que poderá incluir a formalização do entendimento regulatório pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, esperada para 2026, e somente serão reconhecidos pela Companhia após a conclusão das análises aplicáveis e quando atendidos os critérios de reconhecimento e mensuração previstos nas normas contábeis vigentes, considerando, ainda, a obtenção de segurança jurídica e regulatória.

23.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Patrimônio líquido societário	1.223.453	1.187.675
Ativo de contrato de concessão (CPC 47) (*)	(4.341.391)	(4.224.455)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	1.913.603	1.946.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	669.297	621.574
Tributos diferidos – PIS e COFINS (CPC 47)	401.576	390.758
Patrimônio líquido regulatório	<u>(133.462)</u>	<u>(77.568)</u>

(*) considera as rubricas do ativo da concessão, contas a receber – concessionárias e permissionárias e estoques.

23.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro societário do exercício	165.778	230.612
Receita bruta (CPC 47)	(116.937)	(165.354)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	10.817	11.954
Depreciação e amortização (CPC 47)	(54.877)	(70.145)
Custos operacionais (CPC 47)	21.600	36.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	47.725	44.385
Lucro (prejuízo) regulatório do exercício	<u>74.106</u>	<u>88.289</u>

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Ivaí S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 31 de março de 2026.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Janete Im Hayashi
Contadora
CRC nº 1 SP 303811/O-3